



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 22 de agosto de 2018

N.º 15/2018

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e dezassete minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal solicitou a sua substituição, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patricio solicitou a sua substituição, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 2.

Tomou posse Gonçalo Domingos Caixinha de Sousa Ventura, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 3, para substituir o Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, ficando o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 a 7

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, A Chefe da Divisão de Administração Geral Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 15.
- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 16.
- h) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 17.
- i) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 18.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques - Gostaria de fazer uma referência a uma situação, que é um potencial problema de trânsito, que tem vindo a agravar-se nos últimos meses. Na sequência da intervenção que foi feita na Praça Olga de Moraes Sarmiento, começou a existir uma maior frequência de trânsito na rua que começa nas traseiras da farmácia e que termina perto do n.º 7, da Avenida Infante Dom Henrique. Essa é uma rua que não tem nome - pelo menos, não tem placa toponímica -, que é utilizada com regularidade pelos moradores que ali têm garagens e que, também, com os constrangimentos de estacionamento, tem vindo a ser, cada vez mais, utilizada pelos moradores ou pelos visitantes, pelos munícipes que ali passam e ali procuram estacionamento nas traseiras dos prédios.

Qual é que é a condicionante? Trata-se de uma rua com uma faixa de rodagem estreita, que tem três curvas de 90 graus, duas das quais com pouca visibilidade, e na qual está, também, localizado um armazém que serve como ponto de partida para uma empresa de estafetas de entrega de refeições ao domicílio. Ora, o maior afluxo que se tem registado nesta rua, nos últimos meses, significa que, muitas vezes, há veículos que se cruzam junto às curvas. Portanto, já por diversas vezes ali praticamente ocorreram acidentes, pela pouca visibilidade que existe.

Portanto, gostaria de sugerir que fosse colocada sinalização que permitisse apenas um sentido de circulação, que se iniciasse da forma como faz mais sentido, pela utilização que a



rua tem, que se iniciasse nas traseiras da farmácia, no sentido da Avenida Infante Dom Henrique.

Gostaria, também, colocada a questão do trânsito, de questionar a Sra. Presidente se irá fazer alguma intervenção, nesta reunião de câmara, relativa ao chumbo do Tribunal de Contas ao empréstimo dos 15 milhões, porque nós tínhamos algumas questões a colocar relativamente a isso, mas gostaríamos, primeiro, de conhecer a posição do município.

Sr. Vereador Fernando Monteiro - Queria colocar uma questão que tem a ver com higiene e limpeza, nomeadamente na Rua Gertrudes Ligeiro, junto ao Pingo Doce da Rua do Moinho do Frade, em que os moradores se têm queixado, porque o carro da limpeza que faz aquela zona não estará nas devidas condições e, portanto, há escorrências do lixo para a própria rua, que, depois, não é lavada e nota-se, principalmente nesta altura do verão, de muito calor, um cheiro nauseabundo, porque não fazem a lavagem após a passagem do carro que vai recolher o lixo.

Penso que ainda esta noite ele avariou e esteve lá a noite toda parado, com o lixo a escorrer, porque o lixo não é só sólido, também sabemos que tem algum líquido a escorrer para a rua. Portanto, queixam-se, nomeadamente, da existência de mosquitos e melgas, devido a esta situação.

Portanto, queria dar conhecimento disso à Câmara e pedir que intercedesse, junto de quem tem essa responsabilidade, para resolver rapidamente esta situação.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Na sequência da questão colocada pelo Vereador Fernando Monteiro, queria informar que essa reclamação já deu entrada na Câmara, de um dos municípios. Nós tomámos conhecimento apenas hoje. Portanto, penso que foi ontem que o camião se avariou. Hoje recebemos a reclamação, tomámos boa conta e vamos tomar as medidas necessárias.

Sra. Presidente - Se não houver mais nenhuma questão, passaria a dar resposta às questões que aqui que foram colocadas pelos senhores vereadores. (Fernando Monteiro já não, porque já está respondido pela Vereadora Carla Guerreiro).

Pelo Vereador Joel Marques, em relação ao armazém por detrás da Olga de Moraes Sarmiento, vou ter que ver o que é que se está a passar exatamente, pedir para os serviços lá irem ao sítio, para ver como é que está a ser a circulação rodoviária.

Em relação ao Tribunal de Contas, foi solicitado ao Tribunal de Contas, como já é do vosso conhecimento, há mais de um ano, em 2016, um pedido de saneamento financeiro, para que os nossos empréstimos de curto/médio prazo passassem para empréstimos de médio/longo prazo. Portanto, passado um ano, com dezenas e dezenas de ofícios para cá e para lá, de esclarecimentos, o Tribunal de Contas veio dizer que não, uma vez que, nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os parâmetros da Câmara Municipal estavam acima da possibilidade para um saneamento financeiro.

Nós explicámos ao Tribunal de Contas, em recurso, que não nos estávamos a referir ao ano 2016. Sabemos que, no ano de 2016, já estávamos acima desses parâmetros, já não estávamos em condições de pedir nenhum saneamento financeiro. Portanto, estávamos a referir que o nosso processo, embora entrado em janeiro de 2016, se referia a pagamentos e a saneamento das contas de 2015. E, em 2015, nós tínhamos aqui uma referência de 1,2 e nós podíamos ir a saneamento. Não éramos obrigados, mas podíamos ir a saneamento, desde que parâmetros estivessem entre 1 e 1,5. Nós estávamos em 1,2. Podíamos, não sendo obrigatório, podíamos recorrer a este financiamento. Para quê? Para não ficarmos estrangulados financeiramente, em relação ao pagamento das dívidas aos fornecedores, para, num curto espaço de tempo, cumprimos com as nossas responsabilidades, se esta dívida passasse para médio e longo prazo.

Portanto, o Tribunal aceitou alguns parâmetros do nosso recurso, mas continua a dizer que nós estamos, de facto, em condições para não irmos a recurso de saneamento financeiro nenhum, uma vez que, em 2016, nós estávamos muito abaixo desses parâmetros. Portanto,

em 2015, o limite da dívida era de 87.000.997 e nós estávamos com uma dívida orçamental de 75.481.000. Esta dívida orçamental era de curto e de longo prazo. Estávamos no tal 1,2. Podíamos fazer, mas não era obrigatório. Em 2016, o limite da dívida já era de 93.685.000 e nós estávamos já com uma dívida orçamental de 59 milhões, o que quer dizer que estávamos quase a metade daquilo que era a obrigação, quase a metade. Portanto, nem sequer chegávamos a 0,5 nem a 1 ponto.

Portanto, em 2016, de todo, não estávamos em condições de pedir o tal saneamento financeiro e o recurso continua a referir-se ao ano de 2016. Portanto, neste momento, estamos a fazer todas as *démarches* para pagarmos às pessoas que estavam no pacote do tal saneamento financeiro. Algumas já estão a ser pagas, as outras vão ser pagas. De qualquer modo, estamos a ponderar seriamente recorrer ao Tribunal Constitucional, uma vez que Tribunal de Contas continua a bater na tecla de 2016 e nós apresentámos as contas de 2015.

Portanto, estamos em 2018 e a situação é esta. Não está, de todo, portanto, em causa, a situação das nossas finanças, que, felizmente, está a melhorar. Portanto, no ano de 2016 passámos para 59 milhões de dívida total orçamental. O ano de 2017 está em 50 milhões, menos 9 milhões do que o ano anterior, e este ano vai ficar ainda mais baixo. Portanto, no entender do Tribunal de Contas, não há possibilidades de saneamento. Nem nós queremos saneamento financeiro em relação a 2016/2017 e, muito menos, em relação a 2018, tendo em linha de conta o andamento da situação financeira. Portanto, o que estava em causa é 2015 e o Tribunal continua a referir-se ao ano posterior. Esta é a situação.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Ouvi com muita atenção a sua explicação. Temos aqui algumas dúvidas. A Sra. Presidente tentou, de alguma forma, partir entre 2015 e 2016. Foi essa a explicação que eu percebi. No entanto, houve acordos de pagamento que tinham como fundo este empréstimo, não é? E a nossa pergunta é: está em causa, neste momento, esses acordos, cortes ou ainda a Câmara vai recorrer para o Tribunal Constitucional e depois é que vai desistir disso e vai pensar numa outra solução ou já estão a pensar noutra solução? Porque, no recurso que a Câmara de Setúbal apresentou ao Tribunal de Contas, diz, explicitamente, que necessita efetivamente – agora, de cor, não tenho as palavras certas –, mas diz que necessita deste empréstimo para, enfim, cumprir com aquilo que foram os acordos com os fornecedores.

Portanto, parte-se do princípio de que vai haver aqui uma outra solução. Qual? Era essa que gostaríamos de saber ou, então, o prazo médio de pagamentos vai, necessariamente, estender-se, não é? No ano 2017 estava em duzentos e qualquer coisa dias. Agora não tenho, mas era elevado. Do ano 2017 subiu. Em 2016 penso que desceu, 2017 subiu. Portanto, gostávamos de perceber em que pé é que está esta situação.

Uma outra questão, que essa é muito importante, até para nós, aqui, vereadores, que aprovamos as propostas, é a questão dos fundos disponíveis. É uma questão muito pertinente, porque tem responsabilidade pessoal para si e para todos os vereadores que estão aqui. Até para a oposição, que vota as propostas. É que, não havendo fundos disponíveis, obviamente isso pode pôr em causa os compromissos futuros ou mesmo os compromissos já assumidos, porque estamos a falar de fundos disponíveis, aumentar os fundos disponíveis de forma retroativa, para o ano de 2015, como disse, e para o ano de 2016 até, penso eu, mas não tenho a certeza, mas penso que sim.

Portanto, gostávamos de perceber se, neste momento, assumindo que a câmara não tem ainda um plano claro, penso que era importante, até, fazendo uma reunião com os vereadores, uma reunião privada, poder explicar qual vai ser o caminho, porque esta questão dos fundos disponíveis, como digo, traz responsabilidade pessoal aos vereadores que aqui votam as propostas. Eu acho que é importante nós sabermos em que pé é que, realmente, essa questão está.

Sra. Presidente – Em primeiro lugar, alguns fornecedores já estão a ser pagos, em relação àquela lista, e outros estamos a fazer agora reuniões. No dia 1 de setembro vamos fazer

reuniões com aqueles que ainda não estão a ser pagos e vai ser feito já o plano de pagamento. As pessoas não têm que estar à espera. Quer dizer, ir para o Tribunal Constitucional é só, agora, um tira-teimas, porque já não vamos resolver nada, uma vez que vamos pagar as contas às pessoas, não é? Portanto, vai ficar resolvido.

Em relação aos fundos disponíveis, não estamos obrigados. Agora, de acordo com a lei, já não há fundos disponíveis, mas estes tinham que ter, estes estavam no balanço, percebe? Está na dívida, mas tinham que ter, senão não se podia ter feito o compromisso. Todos os compromissos tiveram que ter fundos disponíveis. Está lá, no Tribunal de Contas com os fundos disponíveis, porque, senão, não eram aprovados sequer. De qualquer modo, dizer, que agora, já não é obrigatório, mas nós continuamos a ter fundos disponíveis e continuamos a cumprir a lei passada, porque tudo o que fazemos de cabimentação tem fundos disponíveis.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a saudação a Afonso e Dinis Costa do Clube Naval Setubalense, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 19:

“Decorreram entre os dias 16 e 18 de Julho no Centro Náutico de Alto Rendimento em Montemor-o-Velho as competições de Remo dos Jogos Europeus Universitários 2018, organizados pela Associação Europeia de Desporto Universitário. Este evento contou com mais de 4000 atletas das principais universidades europeias, competindo em 13 diferentes modalidades.

Na modalidade de Remo a competição de double-scutt ligeiros masculinos contou com a presença da dupla de irmãos Afonso e Dinis Costa, atletas do Clube Naval Setubalense em representação da Universidade de Coimbra, instituição na qual realizaram os seus estudos académicos.

Após passagem na 2ª prova de eliminatórias com o tempo de 6:37,27 (6 minutos, trinta e sete segundos e vinte e sete centésimos), o melhor registado entre todas as tripulações dessa prova, garantiram a presença direta na final A na qual se sagraram campeões europeus de desporto universitário, com o tempo de 6:44,12 (seis minutos, quarenta e quatro segundos e doze centésimos) à frente das duplas universitárias da Turquia, Grã-Bretanha, Alemanha, Suíça e de uma segunda tripulação portuguesa da mesma equipa.

Ainda este verão a dupla de irmãos conquistou o 4º lugar na final B nos Campeonatos do Mundo Sub-23 que decorreram em Poznan, na Polónia entre 25 e 29 de Julho, representando a seleção nacional na mesma embarcação e entre os dias 2 e 5 de Agosto, nos Campeonatos da Europa, Dinis Costa conquistou a 12ª posição e Afonso Costa com o colega de equipa e remador olímpico Pedro Fraga, conquistaram a 10ª posição, naquele que foi um conjunto de provas de grande dificuldade devido à experiência dos remadores adversários com os quais competiram lado a lado, alinhando a par com os melhores nomes da modalidade a nível internacional. Com esta última conquista passarão a integrar o projeto de “Apoio à Qualificação Olímpica” para o Jogos Olímpicos em Tóquio em 2020.

Perante a mostra dos excelentes resultados obtidos a Câmara Municipal de Setúbal saúda os resultados dos remadores setubalenses Afonso e Dinis Costa dado o seu contribuindo para o prestígio e reconhecimento de Setúbal no desporto internacional, fazendo votos de sucesso na sua carreira desportiva, aguardando com especial entusiasmo os resultados da sua próxima participação nos Campeonatos do Mundo de Seniores no mês de Setembro na Bulgária.”

Sr. Vice-Presidente – Leu a moção “Pela integração na CP do serviço de transporte ferroviário de passageiros entre Setúbal e Lisboa”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 20:

“Setúbal é um dos grandes centros urbanos atualmente servidos pelos comboios operados pela Fertagus que fazem a ligação com Lisboa, via ponte 25 de Abril.

A abertura deste serviço constituiu importante melhoria das condições de mobilidade das populações do concelho, colocando a cidade a pouco menos de uma hora de distância da capital por comboio.



A Câmara Municipal de Setúbal defende que este serviço de transporte público pode e deve ser gerido pelo operador público de transporte ferroviário, pelo que, com o terminar do contrato de concessão à FERTAGUS da exploração comercial desta ligação ferroviária em 2019 está aberta uma oportunidade integrar este serviço na CP.

Por essa razão, esta câmara subscreve o proposto no manifesto recentemente divulgado por um conjunto de personalidades em que se defende integração deste serviço ferroviário na CP.

A Câmara Municipal de Setúbal concorda que, com esta integração, ganha o país, que vê reduzido o esbulho de recursos públicos em favor dos grupos privados; ganham os utentes pois passam a pagar menos, a ter acesso ao passe intermodal e ao estacionamento gratuito junto às estações; ganham os trabalhadores da FERTAGUS que ao serem integrados na CP e na EMEF, melhoram as suas condições de trabalho, rendimentos e direitos.

Com o fim desta Parceria Pública Privada e a integração deste serviço na CP é tomada, como se refere no manifesto, uma medida que garante um serviço público de qualidade, promove maior utilização do transporte público, com a conseqüente redução do transporte individual, descongestionando a rede viária e a Ponte 25 de Abril com enormes benefícios económicos, ambientais e na qualidade vida das populações.

Na base desta posição está a constatação de que os transportes públicos são um dos problemas com que a Península de Setúbal se confronta e que tem por base uma insuficiente e cara oferta de transportes. Este facto constitui um entrave ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida da população.

Entre os elementos que contribuíram para a persistência deste problema estão a privatização da Rodoviária Nacional, a concessão à FERTAGUS do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 Abril, do Metro Ligeiro de Superfície à Metro Transportes do Sul (ambas empresas do grupo Barraqueiro), o agravamento dos preços dos bilhetes e passes e o não alargamento a toda a região e a todos os operadores do Passe Social-Intermodal.

As conseqüências destas opções políticas estão à vista – uma oferta de transportes públicos dominada pelos operadores privados que se caracteriza por ser diminuta e a preços elevadíssimos.

Por via disso, o transporte coletivo que era utilizado nas deslocações por 51% das pessoas em 1991, passou para 28%, em 2011, o transporte individual passou de 26% em 1991 para 45% em 2011, ou seja, foram empurrados para o transporte individual cerca de 19% do total das pessoas.

Entre as várias medidas que se impõe serem tomadas visando melhores transportes públicos e mais mobilidade das populações está a das reversões das Parcerias Público Privada das concessões ferroviárias à FERTAGUS e MTS que custaram ao estado entre 1999 e 2013, 202,5 milhões de euros conforme foi apurado em auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas.

Um serviço ferroviário que se efetua com comboios públicos, a circular em linhas públicas e utiliza estações públicas, mas que depois é explorado por um operador privado, ou seja, o estado assume os custos, a FERTAGUS recebe as receitas e ainda se recusa a pagar à IP a taxa de circulação devida.

Assim, a Câmara Municipal de Setúbal, na defesa do interesse público e de transportes de qualidade para os habitantes da península e, em particular, do concelho, insta o Governo a adotar as necessárias medidas para integrar na CP, no fim do contrato de concessão, o serviço de transporte público de passageiros atualmente prestado pela Fertagus na ligação ferroviária entre Setúbal e Lisboa pela ponte 25 de Abril.”

Sr. Vereador Paulo Lopes - Nós acompanhamos muitas das preocupações aqui vertidas e que fazem muito sentido serem colocadas numa altura em que a atual concessão vai terminar e se prepara uma nova concessão. Entendemos é que a passagem deste serviço para a CP, só por si, não garante a melhoria da qualidade do serviço prestado e existem, infelizmente, vários exemplos disso pelo país.

O que nós queremos, independentemente de ser da CP, claramente temos uma preferência que seja por serviço público, mas não somos obcecados por isso. Portanto, não nos incomoda nada que haja uma empresa privada a fazer este serviço. Agora, tem que haver é

uma garantia da qualidade, do preço, da intermodalidade, como aqui foi falado na moção. Que haja um caderno de encargos em que, por exemplo, a frequência dos comboios de partida e de chegada a Setúbal, que na hora de ponta é de meia em meia hora e no resto dos outros horários é de hora a hora, é, claramente, manifestamente insuficiente. No mínimo, algo que estivesse como em Coima, na estação de Coima, que na hora de ponta é de 15 em 15 minutos e fora desse horário é de meia em meia hora. Entendemos que, isso sim, faz todo o sentido e que Setúbal tem que lutar exatamente por um caderno de encargos de maior qualidade na frequência, no preçário, etc. É importante.

Agora, não entendemos que a passagem para a CP, só por si, possa trazer essa qualidade se não for negociado também isso. Acompanhamos as preocupações. Acho que é o momento certo para se começar a fazer pressão nesse sentido. Agora, não percebo essa obsessão por ser só público. Acho que o que tem que haver é percebermos qual é o caderno de encargos que se pretende e que o Governo prepara ou que a Área Metropolitana de Lisboa se prepara para apresentar a concurso. Penso que isso é que é o importante, percebermos qual é o caderno de encargos que vai ocorrer, que vai ser apresentado.

Sr. Vereador Fernando Monteiro - Em relação a esta moção, eu penso que ela não está devidamente fundamentada. Aliás, as afirmações que são aqui feitas carecem, nomeadamente, mesmo dessa fundamentação, porque não é demonstrado que a simples passagem de uma gestão privada para uma gestão pública, automaticamente, garante uma melhor qualidade de serviço, garante uma redução de preços e garante tudo aquilo que é referido nesta moção.

Obviamente que a moção é apresentada pelos vereadores do Partido Comunista e é conhecida, enfim, a obsessão que têm contra tudo o que é gestão privada. Só por isso é que vem aqui esta moção, nesta altura. Penso que não faz sentido, porque está por demonstrar, de facto, que essa passagem, quase automática, garante aquilo que é referido nesta moção.

Sr. Vice-Presidente – Em defesa desta moção, mas nada que seja comparável à defesa do interesse público em matéria de transportes coletivos e de passageiros. Não é a defesa da moção, é a defesa do interesse público nos transportes coletivos. É evidente que, à partida, só por si, nada garante nada, Sr. Vereador Paulo Lopes.

Custa-me entender essa posição, porque depende das condições criadas para a exploração pelos privados. Nós temos uma história de privatizações e de resultado das privatizações, nem só em Portugal. Começamos pelo paladino das privatizações, que foi a Inglaterra de Thatcher.

E nós todos conhecemos os factos. Sejam de esquerda, sejam do centro, sejam de direita, todos conhecemos os factos. O erário público paga sempre os lucros do privado, os custos da perda de qualidade de serviço para a população, em geral. É da história económica recentíssima. Não é uma questão de ideologia, é verificação dos factos.

Nós não temos nenhuma obsessão contra o privado. O que temos é uma obsessão pela garantia de direitos de serviços públicos essenciais. E, enquanto tínhamos um operador, que era a CP, que operava todos os transportes ferroviários, perante os factos que estão aqui - eu acho que de forma exemplar e não fui eu o redator desta moção -, de forma exemplar, ao contrário do que diz o Sr. Vereador do PSD Fernando Monteiro.

Eu entendo a sua posição, pelas tais razões ideológicas. Entendo mais a sua do que a do Vereador Paulo Lopes, porque o Paulo Lopes sabe perfeitamente que, sem as condições garantidas, não há sucesso assegurado, seja na gestão do público, seja na gestão do privado. Só que nós estamos habituados a ver uma história em que o privado se assegura de garantias de lucro à custa do público, dos nossos impostos. Isso nós vemos todos os dias. E, quando der para o torto, for preciso tapar buracos a milhões a bancos, vai ser o erário público, vão ser os impostos dos portugueses, vai ser a qualidade de vida degradada dos portugueses, que vão tapar esses buracos. Temos a nossa história recente à vista.

Agora, em serviço público de transportes, nós tínhamos um comparativo, que é: Qual é a situação antes? E qual é a situação agora? O estado de degradação a que chegou toda a via

ferroviária, todo o material circulante degradadíssimo, por falta de condições. Ah, dá-se a privados, garante-se o pagamento dos investimentos mais o lucro, em cima dos empréstimos que vão buscar, para financiamentos, à banca. Resolve tudo.

Aqui, temos uma situação em que se degradou o serviço, perdemos os passageiros no transporte coletivo. Estes dados não são inventados, são dados da estatística de transportes. Nós perdemos passageiros no transporte coletivo, nós perdemos rentabilidade, nós tivemos um custo enorme. Está aqui um valor apurado. Também não foi inventado, estes 202 milhões e meio de euros em 13 anos. Pagámo-los a custo de delegação de serviço.

Entender isto como uma questão de cartilha ideológica, em vez de entender isto como uma questão vital para os serviços públicos essenciais de transportes no nosso país, acho que é absurdo. Nós temos o direito a defender os nossos princípios políticos e partidários. Agora, fechar os olhos à realidade não devemos, ainda que muitos possam, mas não devemos. É nesse sentido que, sobretudo aqui para o Partido Socialista, eu apelava a uma outra perspetiva, porque nós não estamos aqui a definir cadernos de encargos.

Apresentar moções para definir caderno de encargos sobre condições que não podemos nós próprios definir seria absurdo. Agora, o Sr. Vereador Paulo Lopes deu uma pancada ao lado da questão. O que nós temos aqui é uma questão de facto. Dão cabo do serviço público de transportes ferroviários, aconteceu a sua degradação. O que estamos aqui a dizer é que, terminada a concessão, voltemos a assumir a responsabilidade do serviço público de transporte ferroviários. Só isso.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Foi, aqui, elucidativo que, à semelhança daquilo que aconteceu com outras áreas, como, por exemplo, os CTT, é destruir aquilo que existe, tirar os meios todos, não interessa se é público se é privado, e vamos, então, ter motivos para avançar com a privatização.

Parece-me que foi um bocadinho aquilo que o Sr. Vereador Paulo Lopes, aqui, deixou entender, tendo por base a argumentação contra esta moção ou não compreendendo alguns dos pontos desta moção. Parece-me que costuma ser o *modus operandis*, muitas vezes, neste país, para se proceder à privatização, com os resultados que se tem visto. Nomeadamente, falo dos CTT, mas também há muitas outras áreas em que se pode chegar a esta conclusão, parcerias público-privadas, etc.

Submetida a votação, foi a moção aprovado por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a saudação a Hélio Sousa, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 21:

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda o treinador setubalense Hélio Sousa pela conquista do título europeu de futebol da UEFA em sub-19, depois de emocionante final em que defrontou a equipa italiana.

Hélio Sousa demonstra, assim, uma vez mais a sua qualidade como treinador ao alcançar um dos mais desejados troféus do futebol europeu.

O jovem futebolista que começou a pontapear a bola no bairro da Reboreda começa agora, já em plena maturidade, a conquistar mundo, depois de qualificada carreira de futebolista ao serviço do Vitória de Setúbal, a única equipa que representou como jogador em todo o percurso que fez nos relvados.

Tal característica faz de Hélio Sousa um caso pouco comum no futebol de alta competição, em que propostas financeiras mais atrativas acabam sempre por desviar os jogadores dos seus clubes do coração. Hélio, cuja paixão pela cidade é bem conhecida, conseguiu sempre manter-se no Vitória e, assim, colher a admiração de todos os seus conferrâneos que seguem com paixão a atividade do clube.

Porque o mérito, o trabalho árduo e o saber devem ser reconhecidos e valorizados, a Câmara Municipal de Setúbal felicita o treinador Hélio Sousa por mais esta importante vitória que

4

ajudou o nosso país a alcançar e deseja-lhe longa vida de sucessos para que possa continuar a honrar o futebol nacional e a cidade que o viu nascer.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Registamos com agrado esta saudação. É merecida. É um homem de Setúbal, um verdadeiro setubalense e vitoriano, que honrou sempre a camisola do Vitória Futebol Clube, enquanto jogador e enquanto selecionador nacional também os seus méritos estão à vista, com os títulos conquistados. Portanto, associamo-nos, naturalmente, a esta saudação.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Também nos associamos à saudação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Pedro Mendonça Queiroz Pereira, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 22:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu pesar pelo falecimento de Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, no passado dia 18 de agosto, aos 69 anos de idade.

Pedro Queiroz Pereira foi uma referência no meio industrial português. Dotado de um notável espírito empresarial, foi impulsionador do desenvolvimento de um dos maiores Grupos Económicos nacionais – a Semapa, onde se incluem as empresas SECIL e Navigator Company (antiga Portucel). Situadas no concelho de Setúbal, os seus investimentos de largos milhões de euros nos últimos 15 anos traduzem-se na criação de milhares de postos de trabalho diretos e indiretos.

Pedro Queiroz Pereira detinha ainda negócios nas áreas do ambiente e na energia.

Pedro Queiroz Pereira era conhecido pela sua coragem, frontalidade, independência e honestidade nas relações empresariais e humanas.

Neste momento de pesar para a família, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames.”

Sra. Presidente – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Pedro Queiroz Pereira, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 23:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de Pedro Queiroz Pereira, um dos principais industriais da região e do país.

Pedro Queiroz Pereira, falecido no passado sábado, aos 69 anos, tinha uma ligação determinante a Setúbal enquanto sócio maioritário da Semapa, proprietária da cimenteira Secil e da The Navigator Company, antiga Portucel, líder europeia na produção de papéis finos de impressão e escrita não revestidos e uma das maiores a nível mundial.

O industrial, enquanto agente de modernização, desempenhou um papel fundamental na história recente local, graças ao seu empreendedorismo, com a criação de riqueza e emprego na região.

O trabalho que desenvolveu com as equipas que liderou foi igualmente determinante na captação de mais empresas, com efeitos positivos noutras atividades, o que contribuiu para o aumento da atratividade de Setúbal.

De realçar ainda que, pese embora a existência de divergências entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Secil, Pedro Queiroz Pereira nunca deixou de colaborar com a autarquia para, ao abrigo do mecenato, apoiar de forma determinante o movimento associativo local.

Nascido em Lisboa a 5 de março de 1949, o empresário era conhecido pelos amigos como “PQP”, nome que ganhou dos tempos em que foi piloto de automobilismo, uma das suas grandes paixões.

A Câmara Municipal de Setúbal expressa sentidas condolências à família enlutada, em particular às filhas de Pedro Queiroz Pereira.”

Fez-se um minuto de silêncio

Sra. Presidente – Dar ainda uma informação, que de sexta a segunda-feira me desloquei a Debrecen, cidade geminada com Setúbal, onde participei no Festival da Flor, com o chefe da

Divisão dos Espaços Verdes e a chefe da Divisão de Higiene Urbana, para haver contactos e troca de experiências, tendo em linha de conta que Debrecen já é geminada com Setúbal desde 1994 e, nos últimos anos, nunca participámos e tínhamos várias pressões para, este ano, estarmos presentes nesta Festa da Flor. Foi uma experiência extremamente positiva.

Dizer-vos que tive, também, conhecimento que esta é, de facto, uma geminação algo atípica. Não temos, pelo menos na nossa câmara, nenhuma geminação que tenha sido feita na base de duas companhias de bombeiros. Foi interessante. Em 94 fez-se a geminação porque a Companhia de Bombeiros de Debrecen tinha muitas similitudes com a nossa Companhia de Bombeiros Sapadores. Portanto, foi feito ainda muito trabalho, muita troca de experiências, entre estas duas companhias de bombeiros.

Não tem havido muita atividade, em relação à cidade de Setúbal e a Debrecen, e, diga-se, em abono da verdade, que Debrecen tem insistido muito e não tem havido muita disponibilidade, por parte do nosso município. Prometemos, a partir de agora, fazer um esforço maior, quer em relação aos espaços verdes, em que eles são, de facto, uma referência pela forma como são tratados os espaços verdes, onde quase não há água.

Não há lagos, nem rios nem mar, é uma cidade do interior, mas é uma cidade extremamente verde, que é uma coisa impressionante. Têm um parque muito parecido com o parque - também foi isso que nós quisemos ver - com o Parque da Várzea, que nós pretendemos agora fazer. Têm, também, dois lados para a retenção das águas, com a mesma preocupação que nós tivemos. Ele está feito e está muito interessante, muito bonito, cheio, com milhares de pessoas a utilizá-lo e, como têm estes dois lagos, que retêm as águas da chuva e que, depois, funcionam no ano inteiro, tem sempre, ali, milhares de atividades lúdicas, como com as crianças e com as camadas jovens, adolescentes.

Foi extremamente interessante e, sempre que podemos, levamos estes nossos técnicos. Neste caso, foi o chefe da Divisão de Espaços Verdes e a chefe da Divisão de Higiene Urbana, para poderem aplicar algum saber e alguma experiência aqui, no nosso município. Eles, que têm tido um trabalho fantástico nas suas áreas, aqui, em Setúbal.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 04 de julho de 2018.**
 - 2. Deliberação n.º 228/18 – Proposta n.º 09/2018 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas 2018.**
 - 3. Deliberação n.º 229/18 – Proposta n.º 56/2018 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Comunicação e sensibilização em cenários de risco associados às alterações climáticas”, no âmbito do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.**
 - 4. Deliberação n.º 230/18 – Proposta n.º 57/2018 – DAFRH/DIGEF – Projeto “Wifi em Setúbal”, no âmbito do Programa VALORIZAR – Associação de conta bancária.**
 - 5. Deliberação n.º 231/18 – Proposta n.º 58/2018 – DAFRH/SMCI – Venda de produtos de merchandising.**
 - 6. Deliberação n.º 232/18 – Proposta n.º 59/2018 – DAFRH – 2º Aditamento ao contrato de crédito a longo prazo – Projetos financiados no âmbito do programa Portugal 2020 | Ratificação.**

9

7. **Deliberação n.º 233/18 – Proposta n.º 60/2018 – DAFRH/DIGEF – 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª alteração ao Orçamento da Receita, 8.ª ao Plano de Atividades Municipais e 8.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
8. **Deliberação n.º 234/18 – Proposta n.º 61/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Doação à Junta de Freguesia de São Sebastião, do lote n.º 6 sito na Estrada Nacional 10 aos Quatro Caminhos, da Freguesia de São Sebastião.**
9. **Deliberação n.º 235/18 – Proposta n.º 62/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para ocupação de bancas e lojas do Mercado Municipal do Livramento e Mercado Municipal 2 de Abril.**
10. **Deliberação n.º 236/18 – Proposta n.º 63/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida.**
11. **Deliberação n.º 237/18 – Proposta n.º 32/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação da sinalização vertical de “Paragem e Estacionamento Proibidos”, na Rua Pereira Cão – União de Freguesias de Setúbal.**
12. **Deliberação n.º 238/18 – Proposta n.º 33/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação da sinalização vertical de “Paragem e Estacionamento Proibidos”, complementado com o adicional Modelo-3, na Rua Silvério Jones – Junta de Freguesia de São Sebastião.**
13. **Deliberação n.º 239/18 – Proposta n.º 34/2018 – DURB/DITA – Isenção de todas as taxas inerentes à construção de centro de atividades ocupacionais e lar residencial – APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – Urbanização de Monte Belo – Freguesia de São Sebastião.**
14. **Deliberação n.º 240/18 – Proposta n.º 07/2018 – GAF – Apoio às obras de requalificação do Mercado Mensal de Azeitão.**
15. **Deliberação n.º 241/18 – Proposta n.º 08/2018 – GAF – Apoio à Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra para aquisição de braço roçador.**
16. **Deliberação n.º 242/18 – Proposta n.º 80/2018 – DCED – Fixação de preço de venda ao público – catálogo Tóssan.**
17. **Deliberação n.º 243/18 – Proposta n.º 81/2018 – DCED/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal. Apoio financeiro.**
18. **Deliberação n.º 244/18 – Proposta n.º 82/2018 – DCED/DISOC – Renovação dos protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal.**
19. **Deliberação n.º 245/18 – Proposta n.º 83/2018 – DCED/DISOC – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes. Apoio Financeiro.**
20. **Deliberação n.º 246/18 – Proposta n.º 84/2018 – DCED/DISOC – Renovação do protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO.**
21. **Deliberação n.º 247/18 – Proposta n.º 85/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva.**
22. **Deliberação n.º 248/18 – Proposta n.º 86/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube.**
23. **Deliberação n.º 249/18 – Proposta n.º 87/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Derivastatus – Associação pela coorganização do Eurovision Live Concert 2018.**
24. **Deliberação n.º 250/18 – Proposta n.º 88/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Oridanza – Cultura em Movimento.**
25. **Deliberação n.º 251/18 – Proposta n.º 89/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao Coral Infantil de Setúbal para a deslocação e realização de concerto na Capela Real da Igreja Protestante de Bruxelas.**

26. Deliberação n.º 252/18 – Proposta n.º 90/2018 – DCED/DIDES – Isenção de taxas em equipamentos desportivos municipais.

27. Deliberação n.º 253/18 – Proposta n.º 14/2018 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2018.

C) Período destinado à intervenção do Público

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 04 de julho de 2018

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos, da Sra. Vereadora Carla Guerreiro e dos Srs. Vereadores Gonçalo Ventura, Joel Marques e Fernando Monteiro, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Deliberação n.º 228/18 – Proposta n.º 09/2018 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas 2018

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25 e submeteu a mesma a votação, nominalmente e por escrutínio secreto, obtendo os seguintes resultados:

- Carlos Curto – aprovado por unanimidade;
- Virgílio Augusto Domingues – aprovado por unanimidade;
- Manuel Pedro Ferreira Oliveira Marques – aprovado por unanimidade;
- Herman José – aprovado por maioria, com 10 votos Sim e 1 Branco;
- AMEC – Associação Música, Educação e Cultura – aprovado por unanimidade;
- Grupo de Voluntários do Projeto Memórias – Museu do Trabalho/Arquivo Américo Ribeiro: José Pedrosa (a título póstumo); Raul Gamito Gomes; Rogério Vaz de Carvalho; Alberto Sousa Pereira – aprovado por unanimidade;
- Oliveiros Sobral do Rosário – aprovado por maioria, com 10 votos Sim e 1 Branco;
- Mário de Melo Pereira (a título póstumo) – aprovado por unanimidade;
- Luís Machado Luciano – aprovado por maioria, com 9 votos Sim, 1 Branco e 1 Nulo;
- Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal – aprovado por maioria, com 10 votos Sim e 1 voto Não;
- Carlos Alberto Dias Alves Martinho – aprovado por unanimidade;
- Joaquim Augusto Gomes Oliveira – aprovado por unanimidade;
- Casa Cego – Vila Nogueira de Azeitão – aprovado por maioria, com 10 votos Sim e 1 Nulo;
- Mercado Cardoso – Vendas de Azeitão – aprovado por unanimidade;
- Movimento Democrático das Mulheres (MDM) – aprovado por unanimidade;
- Maria Arminda Lopes Pereira dos Santos – aprovado por maioria, com 10 votos Sim e 1 Branco;
- José Manuel Carvalho da Silva – aprovado por maioria, com 8 votos Sim, 2 Não e 1 Nulo;
- José Carlos Moreira Récio – aprovado por maioria, com 7 votos Sim, 2 Não, 1 Branco e 1 Nulo;
- Benjamim Nunes Leitão Carvalho (a título póstumo) – aprovado por unanimidade;
- José António Rodrigues - aprovado por unanimidade;
- António Maria Saramago - aprovado por unanimidade;
- Henrique Eduardo Calçada Soares - aprovado por unanimidade;
- Vertigem Azul - aprovado por unanimidade;
- João Maria Barbas de Oliveira - aprovado por unanimidade.



3. **Deliberação n.º 229/18 – Proposta n.º 56/2018 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Comunicação e sensibilização em cenários de risco associados às alterações climáticas”, no âmbito do Portugal 2020 – Associação de conta bancária**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 230/18 – Proposta n.º 57/2018 – DAFRH/DIGEF – Projeto “Wifi em Setúbal”, no âmbito do Programa VALORIZAR – Associação de conta bancária**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 231/18 – Proposta n.º 58/2018 – DAFRH/SMCI – Venda de produtos de merchandising**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 232/18 – Proposta n.º 59/2018 – DAFRH – 2º Aditamento ao contrato de crédito a longo prazo – Projetos financiados no âmbito do programa Portugal 2020 | Ratificação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 31.

Sra. Presidente - É uma ratificação. Já foi aprovada, esta proposta, na reunião de Câmara de 7 de fevereiro e na sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro e, ainda, na reunião de 21 de março e na Assembleia Municipal de 27 de março, em que foi deliberado aprovar a contratação, por parte do município, de um crédito a longo prazo, destinado a projetos financiados no âmbito do programa Portugal 2020.

Em resultado do primeiro pedido de esclarecimentos por parte do Tribunal de Contas, foi celebrado, em 12 de junho, o primeiro aditamento a este contrato, que foi aprovado em 20 de junho, na câmara, e na Assembleia Municipal, em 29 de junho. Entretanto, mais uma pergunta por parte do Tribunal de Contas e é necessário evidenciar qual o valor do empréstimo a atribuir a cada projeto que não ultrapasse o montante que falta pagar na presente data.

Por isso, foi preciso elaborar mais um mapa em Excel, com informação detalhada, por projeto e, por consequência, identificou a necessidade de proceder à celebração de novo aditamento ao contrato, com vista a ajustar o montante global do empréstimo e, ainda, o valor a financiar para cada um dos projetos.

Desta forma, foi indispensável proceder ao pedido de novo aditamento ao BPI, que foi o banco vencedor deste contrato, e tornou-se, ainda, necessário atestar que, na presente data, o valor do contrato em referência, acrescido do valor por utilizar dos restantes empréstimos e locações financeiras, já contratualizados em 2016, 17 e 18, se contém na capacidade de endividamento para o ano de 2018



Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

7. **Deliberação n.º 233/18 – Proposta n.º 60/2018 – DAFRH/DIGEF – 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª alteração ao Orçamento da Receita, 8.ª ao Plano de Atividades Municipais e 8.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e do PSD.

8. **Deliberação n.º 234/18 – Proposta n.º 61/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Doação à Junta de Freguesia de São Sebastião, do lote n.º 6 sito na Estrada Nacional 10 aos Quatro Caminhos, da Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 41.

Sr. Vereador Joel Marques – Apenas para registar com agrado que as propostas que envolvem a transação de imóveis já vêm acompanhadas pelo parecer técnico da Comissão de Avaliação de Imóveis, o que, até há pouco tempo, não acontecia.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 235/18 – Proposta n.º 62/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para ocupação de bancas e lojas do Mercado Municipal do Livramento e Mercado Municipal 2 de Abril**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 236/18 – Proposta n.º 63/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



11. Deliberação n.º 237/18 – Proposta n.º 32/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação da sinalização vertical de “Paragem e Estacionamento Proibidos”, na Rua Pereira Cão – União de Freguesias de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 238/18 – Proposta n.º 33/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Colocação da sinalização vertical de “Paragem e Estacionamento Proibidos”, complementado com o adicional Modelo-3, na Rua Silvério Jones – Junta de Freguesia de São Sebastião

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 239/18 – Proposta n.º 34/2018 – DURB/DITA – Isenção de todas as taxas inerentes à construção de centro de atividades ocupacionais e lar residencial – APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – Urbanização de Monte Belo – Freguesia de São Sebastião

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 240/18 – Proposta n.º 07/2018 – GAF – Apoio às obras de requalificação do Mercado Mensal de Azeitão

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 241/18 – Proposta n.º 08/2018 – GAF – Apoio à Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra para aquisição de braço roçador

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 242/18 – Proposta n.º 80/2018 – DCED – Fixação de preço de venda ao público – catálogo Tóssan

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a



Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 243/18 – Proposta n.º 81/2018 – DCED/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal. Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 244/18 – Proposta n.º 82/2018 – DCED/DISOC – Renovação dos protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 245/18 – Proposta n.º 83/2018 – DCED/DISOC – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes. Apoio Financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 246/18 – Proposta n.º 84/2018 – DCED/DISOC – Renovação do protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 e 61, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e do PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

21. Deliberação n.º 247/18 – Proposta n.º 85/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 e 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



22. Deliberação n.º 248/18 – Proposta n.º 86/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 249/18 – Proposta n.º 87/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Derivastatus – Associação pela coorganização do Eurovision Live Concert 2018

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 250/18 – Proposta n.º 88/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Oridanza – Cultura em Movimento

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 66 e 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 251/18 – Proposta n.º 89/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao Coral Infantil de Setúbal para a deslocação e realização de concerto na Capela Real da Igreja Protestante de Bruxelas

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 252/18 – Proposta n.º 90/2018 – DCED/DIDES – Isenção de taxas em equipamentos desportivos municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



27. Deliberação n.º 253/18 – Proposta n.º 14/2018 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2018

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereador Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sra. Vanessa Sequeira – Vimos, por este meio, voltar a requerer, verbalmente, a consulta dos seguintes documentos: Plano de emergência da zona das praias da Arrábida e da Estrada Nacional 379-1; cartografias de risco da zona das praias da Arrábida, tanto ao nível de incêndios como da preservação das arribas; contrato de concessão com a atual concessionária de transporte público, Transportes Sul do Tejo; acordos de cedência de espaço para estacionamento com as empresas Secil e Auchan.

Aproveitamos para recordar que estes documentos foram requeridos, pela primeira vez, a 13/6/2018, via e-mail. A sua requisição foi reiterada na reunião de câmara do dia 26 de junho de 2018, verbalmente e sob a forma de comunicação apensa à ata. Na mesma reunião de Câmara foi-nos dito que os documentos estavam a ser preparados, para nos serem facultados, até agora, não recebemos qualquer contacto ou resposta.

Mais acrescentamos que nos consideramos profundamente espantados com esta ausência de resposta ou contacto, uma vez que, de acordo com o ponto 4, do artigo 14.º, da Lei 46/2007, de 24 de Agosto, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, a entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento administrativo deve, no prazo de 10 dias úteis, tomar uma das seguintes atitudes: a) Comunicar a data, local e modo para se efetivar a consulta; b) Emitir a reprodução ou certidão requeridas; c) Comunicar por escrito as razões da recusa, total ou parcial, do acesso ao documento pretendido, bem como quais as garantias de recurso administrativo e contencioso dessa decisão.

No presente caso, a entidade a quem foi dirigido o requerimento, ou seja, a Câmara Municipal de Setúbal, não levou a cabo nenhuma das ações mencionadas, nem nos 10 dias úteis seguintes nem nos 20 dias úteis seguintes, levando a que estejamos aqui, novamente, volvidos 50 dias úteis. Estamos conscientes de que, diz o ponto 4, do artigo 13.º, da mesma lei, se o pedido não for suficientemente preciso, a entidade requerida deve, no prazo de 5 dias, indicar ao requerente essa deficiência e convidá-lo a supri-la, em prazo fixado para o efeito, mas também não fomos contactados para prestar tal esclarecimento.

Assim sendo, esperamos, sinceramente, que se tenha tratado de um lapso administrativo, motivado pelo período de férias de algum funcionário, e que não se trate, de forma alguma, de uma ocultação ou negação de documentos que pudesse motivar uma queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, pelo que aqui estamos, novamente, a apelar à vossa boa vontade em todo este processo.

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 71.

Sr. Jaime Silva – Trago aqui um problema que, em princípio, pode ser de saúde pública. No rés-do-chão do n.º 21, da rua Estevão Liz Velho existe, nesse dito rés-do-chão, esgotos a céu aberto. Resultado, as moscas, as melgas e os mosquitos são às patadas. A população do bairro onde é que eu vivo, às 3 da manhã e 4 horas da manhã, andamos a matar melgas. Tem-se alertado para o problema.

Não sei se a Câmara tem conhecimento, ou não, mas fica aqui já o aviso, porque várias pessoas já se dirigiram ao serviço de higiene e limpeza. Eu já fui três ou quatro vezes, por exemplo. Eles já não me podem nem ver. Resultado, agora entaiparam a porta do respetivo rés-do-chão, mas as melgas continuam e o mal está lá dentro. Dizem que, agora, a respetiva senhora que faz parte desse rés-do-chão pediu um orçamento, para resolverem o problema dos esgotos. Mas eu estou a temer que aquilo já está entaipado já há uma série de dias e o problema continua lá.

Vou falar, também, noutro assunto, que é o seguinte: Houve a Festanima, nas escarpas de Santos Nicolau. Deixaram lá lixo a montes. Ainda não fizeram uma limpeza e as pessoas queixam-se de muito lixo, muita melga e muita mosca. Portanto, é só um alerta, para a Sra. Presidente fazer o favor de tomar providências, para ver se a coisa fica sanada de uma vez por todas.

Sra. Elisabete Rodrigues Silva – Venho aqui pedir que o estabelecimento comercial chamado Armazém da Cerveja, que se encontra no n.º 13, da Praceta Fernando Pessoa, onde resido, seja fechado a partir da meia-noite, aliás, à meia-noite. É um estabelecimento que não é bem frequentado, que está aberto até às 3/4 da manhã, que provoca distúrbios na praceta toda.

A minha pergunta é como é que o estabelecimento da frente foi obrigado a fechar à meia-noite e é um restaurante - não era um restaurante, era um café, mas, pronto, agora é um restaurante, mas não criava assim tantos problemas – e como é que esse café, após ter chamado numerosas vezes a polícia, tendo-me dirigido numerosas vezes à Câmara, continua a funcionar quase a noite toda, com distúrbios pela rua toda. Então, peço a vossa compreensão e a vossa ajuda, para que possamos descansar.

Sra. Presidente – Agora, dando aqui resposta às questões colocadas pelos munícipes, começando pela Sra. D. Vanessa.

Vamos dar resposta. Os serviços estão a elaborar a resposta. São uma série de documentos e não cumprimos a data, nem vamos cumprir, como é óbvio, e, portanto, fica já, aqui, a informação, porque já passaram 50 dias.

Há pouco pessoal e, portanto, há outras prioridades. E, portanto, a nossa prioridade é fazer cumprir o funcionamento e segurança daquela estrada. Agora, não lhe posso dizer se é hoje se é amanhã. Temos muito pessoal de férias, na área do turismo, nesta área, os que existem, e são poucos, estão a fazer uma série de coisas que são prioritárias.

E, portanto, vai ser respondido logo que tenham oportunidade para isso. E, portanto, se quiser fazer queixa está à vontade, porque quem produz leis também não cumpre prazos, percebe? Portanto, está à vontade.

Senhor Jaime, então a gente não tem olhado para aquele espaço e para todos os outros espaços, como você sabe? E, então, para aquele espaço, nem se fala. Tem que dizer isso assim: *“Vocês têm feito um grande trabalho naquele espaço e noutros, mas aquele tem sido uma coisa...”*

O que era aquilo e o que é aquilo, certo? Aquelas ruas todas lá para trás, etc. Certo? É que as pessoas, depois, têm, assim, uns lapsos de memória, sabe? Você está lá, numa comissão de moradores, e tem uns lapsos de memória...

Olhe, Sr. Jaime, eu queria saber era onde é que era este esgoto. Só estou a dizer é que vocês têm que olhar para aquilo. Quando dizem, assim, estas frases, deviam dizer assim: *“Já têm olhado para aquilo, mas precisamos de mais”*. Porque precisamos todos os dias de mais, não é? Este trabalho, de cuidar da cidade, é inacabado. Hoje está tudo bem, amanhã... Algumas coisas estão bem, as outras ainda não estão resolvidas, outras não estão feitas. É assim, é dinâmico, mas há outras que se vão avariando.

Esse esgoto é na Rua Estêvão Lis Velho? É no 21? Mas, se calhar, já foi lá a fiscalização. Depois, eles, às vezes, notificam os proprietários ou os arrendatários, não sei, percebe? Mas eu vou ver se já lá foi alguém da Câmara, está bem? Não é preciso agradecer, é a nossa obrigação. Sr. Jaime.

Em relação ao lixo, não está muito sujo, não. Não é verdade, isso. A estrada está toda limpa. Está tudo limpo, onde foi possível limpar. As escarpas têm aquele declive depois da vedação, não é? E aí é que estão aqueles plásticos, os papéis, etc. E, portanto, se calhar, não foi possível eles entrarem aí. Aí é que não está limpo. Você não diga "tudo sujo". É que as pessoas vão lá ver e aquilo está limpo. Por trás daquela vedação e no meio daqueles arbustos é que, com o vento, se enrolaram aqueles papéis e tem que ser limpo.

Eu não sei se as pessoas conseguiram ir limpar, porque, neste momento, temos uma série de viaturas a limpar hectares e hectares, de vegetação, por causa dos fogos, está a perceber? Temos poucos trabalhadores e alguns estão, neste momento, em férias. Portanto, têm de limpar, têm que cortar vegetação, às vezes com equipamentos que se estão sempre a avariar, com equipamentos das próprias juntas de freguesia, que também emprestam, para acudirmos a essa determinação do próprio Governo, no sentido de ajudarmos a limpar estes hectares, que, às vezes, têm proprietários, mas não cumprem a legislação. Nós temos que lá ir, sob pena de haver algum incêndio. E, portanto, se calhar, não foi possível irem ali socorrer, mas eu vou ver, também, com os serviços, como é que foi, está bem?

Dona Elisabete, nós vamos saber o que é que se passa. Você já fez queixa para os nossos serviços? Não conseguiu?

Tenho que lá ir ver o que é que se passa.

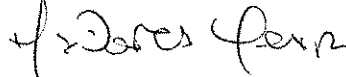
Olhe, Elisabete, eu, amanhã, vou já ver se já houve alguma inspeção a isto, porque não há ninguém com autorização até às 3/4 da manhã. Amanhã vou chamar este processo, vou já ver se isso tem... A gente vai retirar já esse horário. Se eles têm esse horário, não sei quem é que deu isto.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de setembro de 2018, por unanimidade, contém 20 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes

Ata elaborada por:
Carlos Mendes

Conferida por:
Ana Cristina Claro